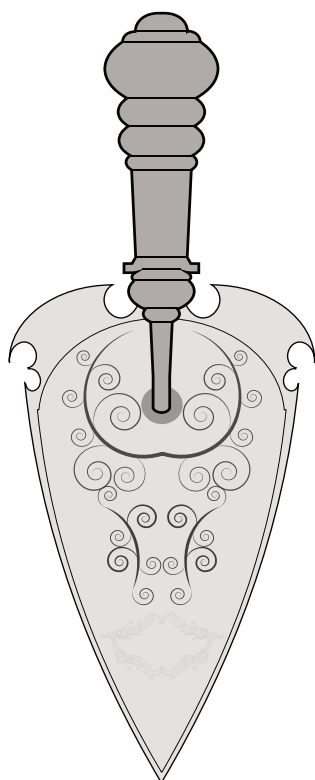


EROS

Environment Research on Science CONSULTING Lda.

ARQUEOLOGIA



Pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos (PATA).

*Conforme legislação em vigor
Decreto-Lei nº 164/2014, de 4 de Novembro*

*Eros Environment Research on Science Consulting Lda.
Av. Carvalho Araújo, 24/26
5000 - 657 Vila Real
www.erosconsulting.pt
geral@erosconsulting*

PATA (Estruturado segundo a legislação em vigor)

(Decreto-Lei nº 164/2014, de 4 de novembro)

1. Direção de trabalhos e Equipa

1.1. Direção científica dos trabalhos

Nome: Gerardo Vidal Gonçalves; Morada: Av. Carvalho Araújo, 24/26; 5000-047 Vila Real;
Contacto: +351 962413049

1.2. Codireção científica dos trabalhos

Nome: Dina Lúcia Borges Pereira; Morada: Av. Carvalho Araújo, 24/26; 5000-047 Vila Real;
Contacto: +351 969575600

1.3. Consultor Científico:

Nome: Manuel João do Maio Calado; Morada: Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas Artes, Lg. da Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1249-058 Lisboa;

Contacto: (+351) 21352100

1.4. Consultor Científico:

Nome: Maria Emília Pereira Simões de Abreu; Morada: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento, Quinta de Prados, Vila Real, 5000--911 Vila Real;

Contacto: (+351)259350797 Extensão: 2220

2. Designação do projeto

2.1. Designação:

“Carta Arqueológica do Concelho de Sabrosa”, com o acrónimo “**CACS2017**”

3. Categoria

☐ Categoria A: ações plurianuais de investigação programada, num máximo de quatro anos, que deverão ser integradas em Projetos de Investigação

☐ Categoria B: projetos de estudo e valorização de sítios ou monumentos classificados ou em vias de classificação, que deverão ser integrados em “projetos de valorização”

☒ Categoria C: ações preventivas a realizar no âmbito de trabalhos de minimização de impactes devidos a empreendimentos públicos ou privados, em meio rural, urbano ou subaquático

☐ Categoria D: ações de emergência a realizar em sítios arqueológicos que, por efeitos de ação humana ou ação natural, se encontrem em perigo iminente de destruição parcial ou total, ou ações pontuais determinadas pelas necessidades de conservação de sítios ou monumentos valorizados.

4. Tipo de trabalhos arqueológicos:

Prospecção Arqueológica

5. Implantação do sítio, sítios e áreas a intervencionar:

Ver anexo

6. Sítio

6.1. Designação: Não se aplica

6.2. Tipo: Não se aplica

6.3. Período cronológico do sítio, sítios ou áreas a intervencionar: Períodos cronológicos vários

7. Localização do sítio em estudo/projeto



Figura 1 CMP 1:25000, n.º 88, 102, 103, 115, 116, 127 e 128, com localização dos limites do Concelho de Sabrosa e respetivas freguesias.

7.1. Carta militar n.º: C.M.P.: 1:25000 n.º 88, 102, 103, 115, 116, 127 e 128

7.2. Localização geográfica:

7.2.1. Latitude: 41.414606 e Longitude: -7.668760

7.2.2. Latitude: 41.157321, e Longitude: -7.537113

7.2.3. Altitude média: 300 metros

8. Localização Administrativa do sítio, sítios ou áreas a intervencionar:

8.1. Topónimo: Não se aplica

8.2. Freguesias: Celeirós do Douro, Covas do Douro, Gouvinhas, Paços, Parada do Pinhão, União das Freguesias de Paradela de Guiães e São Martinho de Anta, Sabrosa, União das Freguesias de São Cristóvão do Douro, Gouvães do Douro e Provesende, São Lourenço de Riba Pinhão, Souto Maior, Torre do Pinhão e Vilarinho de São Romão.

8.3. Concelho: Sabrosa

8.4. Distrito: Vila Real

9. Constituição da equipa:

Gerardo Vidal Gonçalves; Doutorando em Arqueologia pela Universidade de Coimbra

Dina Lúcia Borges Pereira; Mestre em Arqueologia pela Universidade de Évora

10. Plano pormenorizado dos trabalhos a realizar:

A calendarização dos trabalhos poderá sofrer alterações significativas tendo em conta condicionantes ambientais e climáticas, decorrentes de alterações diversas. No entanto, o organigrama dos trabalhos é o seguinte:

2017											
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
									Pesuisa documental		
										Relocalização	
									SIG		

2018											
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
					Prospeção Arqueológica						
										RELAT	
								Tratamento da Informação			

2019											
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
				Prospeção Arqueológica							
									RELAT		
								Tratamento da Informação			

2020											
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
				Prospeção Arqueológica							
									RELAT		
						Tratamento da Informação					

11. Calendarização dos trabalhos:

- 11.1. Data de Início: 01.10.2017
- 11.2. Data de Fim: 01.10.2020
- 11.3. Duração em dias: 750

12. Bibliografia de referência:

- Banning, E. B. (2001). Archaeological Survey as Optimal Search. *CAA*, 341-350.
- Bevan, A., & Conolly, J. (2004). GIS and Archaeological Survey Data: Four Case Studies in Landscape Archaeology from the Island of Kythera (Greece). *Journal of Field Archaeology*, 29, 123-138.
- Bicho, N. (1994). Prospeção Arqueológica das Formações Quaternárias do Rio Ponsul. Em *Actas das V Jornadas Arqueológicas* (Vol. 1, pp. 65-74).
- Calado, M. (1993). *Carta Arqueológica do Alandroal*. Alandroal: Câmara Municipal do Alandroal.
- Calado, M. (2001). *Carta Arqueológica do Redondo*. Câmara Municipal de Redondo: Redondo.
- Calado, M. d. (2008). Arqueologia do Concelho de Évora: um ponto da situação". *A Cidade de Évora*, 7, 47-71.
- Calado, M. d., Rocha, L., Gonçalves, L., Fernandes, M., Alvim, P., & Rui, F. (2009). *O Tempo do Risco: Nova Carta Arqueológica de Sesimbra*. Sesimbra.: Câmara Municipal de Sesimbra.
- Clark, A. (1975). Archaeological Prospecting: a Progress Report. *Journal of Archaeological Science*, 2, 297-314.
- Cruz, D. d., & Gonçalves, A. H. (1994). Resultados dos trabalhos de escavação da mamoa 1 de Madorras (S. Lourenço de Ribapinhão, Sabrosa, Vila Real). *Estudos PréHistóricos: Actas do Seminário "O Megalitismo no Centro de Portugal"*, 2, 171-232.
- Cruz, D. d., & Gonçalves, A. H. (1995). Mamoa 1 de Madorras (Sabrosa, Vila Real). Datações radiocarbónicas. *Estudos PréHistóricos*, 3, 151-159.
- Direção-geral do Património Cultural. (20 de 09 de 2017). *Portal do Arqueólogo*. Obtido de Direção-geral do Património Cultural: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt>
- Ervedosa, C. (1982). Campanha arqueológica no castro de Sabrosa em Setembro de 1980. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*.
- Ervedosa, C. (1985). Castro de Sabrosa: 1982 - 1983. *Informação Arqueológica*.
- Ervedosa, C. (1986). Castro de Sabrosa. *Informação Arqueológica*.
- Frédéric, L. (1980). *Manual Prático de Arqueologia*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Freitas, E. C. (1979). *Familiares do Santo Ofício no Porto*. Porto: Revista História.
- Gonçalves, A. H. (1993). Contribuição para o inventário arqueológico do concelho de Sabrosa - distrito de Vila Real. *Portugália*.

- Harris, E. C. (1991). *Princípios de Estratigrafia Arqueológica*. Barcelona: Ed. Crítica.
- King, T. F. (1978). *The Archaeological Survey: Methods and Uses* (Vol. 1). (U. D. Interior, Ed.) Washington, US: Heritage Conservation and Recreation Service.
- King, T. F., & White, G. G. (2007). *The Archaeological Survey Manual*. Left Coast Press.
- McDonald, P. R. (2015). *Site-Based and Nonsite Archaeological Survey: A Comparison of Two Survey Methods in the City of Rocks, Idaho*. Utha: Utah State University.
- Moore, W. H. (2005). *Archaeological Survey and Limited Evaluation, Kentland Farm Historical and Archaeological District (060-0202) Montgomery County, Virginia*. (V. D. Resources, Ed.) Roanoke, Virginia, US.
- Museum of London. (1994). *Archaeological Site Manual*. London: Museum of London.
- Pereira, G. M. (1986). *Estruturas familiares na cidade do Porto em meados do século XIX: a freguesia de Cedofeita*. Porto.
- Ramos, L. O. (1980). *O Porto e as origens do liberalismo: subsídios e observações*. Porto: Câmara Municipal do Porto IMP.
- Redentor, A. J. (2001). *Povoados fortificados com pedras fincadas em Trás-os-Montes*. Coimbra.
- Renfrew, C., & Bahn, P. (1991). *Archaeology, Theories, Methods and Practice*. London: Thames and Hudson.
- Sampaio e Castro, A., Fonseca, J., & Sebastian, L. (2004). A componente de conservação cerâmica na intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998-2002. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7, 653-669.
- Santos Junior, J. R. (1969). Escavações no Castro de Sabrosa em 1968. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 21, 384-389.
- Santos Júnior, J. R. (1975). Um machado estranho do castro de Sabrosa. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*.
- Schenk, T. (2005). *Introduction to Photogrammetry*. Ohio: The Ohio State University.
- Silva, A. M. (2010-2011). As Muralhas Romanas do Porto: Um balanço arqueológico. (DCTP-FLUP, Ed.) *Portvgalia*, 31-32, 64.
- Silva, F. R. (1998). Porto e Ribadouro no século XVII: a complementaridade imposta pela natureza. *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, 15.
- Soares, A. M. (2004). *Sabrosa: da Pré-história à actualidade* (Vol. 1). Sabrosa: Câmara Municipal de Sabrosa.
- Verde Valley Archaeology Center. (2013). *Field Survey Manual*. Camp Verde, AZ: Verde Valley Archaeology Center.

13. Justificação

O presente pedido de autorização para trabalhos arqueológicos, enquadrado na **categoria C**, determinado conforme o **Decreto-Lei nº 164/2014, de 4 de novembro**, elabora-se na sequência da solicitação, por parte do Município de Sabrosa, para a elaboração do projeto “Carta Arqueológica do Concelho de Sabrosa”, adjudicado à empresa **EROS Environment Research on Science Consultring lda**.

O presente pedido de autorização para trabalhos arqueológicos, elaborado conforme a legislação em vigor, Decreto-Lei nº 164/2014, de 4 de Novembro e as condições exigidas no artigo 5.º do referido diploma, procura, perante o organismo da tutela, salvaguardar todos os elementos necessários e fundamentais no sentido de dar cumprimento a todas as exigências na salvaguarda do património arqueológico, contextos e ocorrências estruturais e artefatuais identificadas no decorrer dos trabalhos enquadrados na “**categoria C**” do respetivo regulamento dos trabalhos arqueológicos.

14. Estado atual dos conhecimentos e caracterização sumária do património histórico-arqueológico da área envolvente:

Sendo certo que o concelho de Sabrosa comporta um património histórico, etnográfico e cultural relevante, também é certo que os vestígios arqueológicos estão presentes um pouco por todo o concelho.

Na base de dados do instituto da tutela da arqueologia constam, para o concelho de Sabrosa, 51 registos de sítios ou elementos arqueológicos relevantes (Direção-geral do Património Cultural, 2017). A sul do concelho destacam-se os sítios do Chão dos Mouros, o habitat dos Castelos, o monumento megalítico do Alto das Roseiras, o Cimo das Devesas 1 e 2, o monumento megalítico do Picoto, o monumento megalítico das Plainas da Mantelinha 1 e 2, juntamente com o Serro do Carvalho e Meieira, o sítio arqueológico do Tesouro do Poio com o CNS n.º 17361. Na zona central do concelho destacamos o povoado fortificado do Picoto de S. Domingos, a necrópole da Quinta da Relva, o habitat da Senhora da Veiga, no centro Oeste do concelho de Sabrosa, o Monte de São Pedro, um povoado fortificado junto ao rio Pinhão, o habitat da Quinta da Ribeira, os monumentos megalíticos de Santa Barbara 1 e 2, em Sabrosa, o povoado fortificado do Castro de Sabrosa, o habitat das Cruzinhas, o sítio fortificado do Castelo, os monumentos megalíticos da Senhora da Azinheira, Cerro de S. Martinho, Seara Velha 1, 2 e 3, Vale de Salve Jorge 1, Praina das Moutinhas, a necrópole do Chão das Velhas, o Monumento megalítico das Madorras 1, 2 e 3, a Serra das Cebolas, a necrópole e o habitat das Touças e o habitat do Castelo, perto de Parada do Pinhão. Ainda a norte do concelho refere-se os monumentos megalíticos do Monte de Além 1, 2, 3 e 4 e ainda o povoado fortificado da Morcegueira e o Castro do Corisco.

O investimento em trabalhos arqueológicos no concelho de Sabrosa manifesta-se escasso. São poucos os trabalhos de fundo a nível da arqueologia no interior do concelho. No entanto, já no século XIX identifica-se a **Necrópole da Relva**, na freguesia de Provesende. Atualmente o sítio encontra-se classificado como **Imóvel de Interesse Público**, pelo **Decreto n.º 34 452, DG n.º 59, de 20-03-1945**. Em finais dos anos 60 começaram a ser realizadas campanhas arqueológicas no **Castro de Sabrosa**, pelo **Dr. Santos Júnior**, trabalhos que se estenderam até à década de 70 (Santos Junior, 1969; Santos Júnior, 1975). Posteriormente ocorreram os trabalhos organizados pelo Dr. Carlos Ervedosa no mesmo sítio arqueológico durante a década de 70 e 80 (Ervedosa, 1985; Ervedosa, 1986; Ervedosa, 1982). Destacam-se ainda os trabalhos de Huet Bacelar sobre a arqueologia do concelho de

Sabrosa (Gonçalves, 1993) e os trabalhos mais recentes de Armando José Redentor (Redentor, 2001).

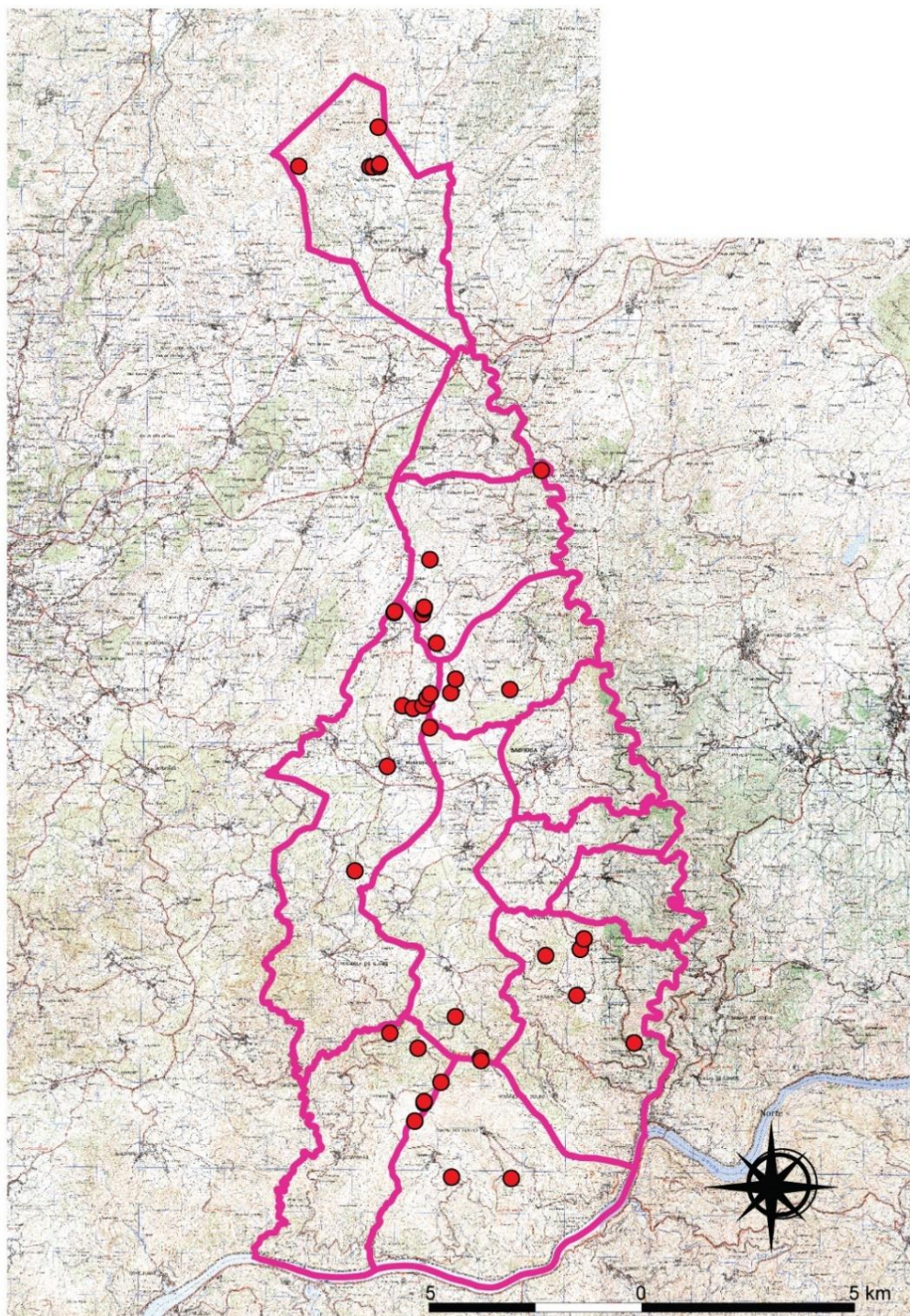


Figura 2 Mapa do concelho de Sabrosa com a localização dos sítios arqueológicos constantes na base de dados da DGPC

Ainda na década de 90 foram realizados trabalhos arqueológicos na Mamoa das Madorras pelo Dr. Domingos Cruz e Huet Bacelar (Cruz & Gonçalves, 1995; Cruz & Gonçalves, 1994).

Importa ainda destacar a relevância do património construído, relacionado, especificamente, com a região vinícola do Douro. Trata-se de um património histórico bastante relevante, composto, sobretudo por solares e casas nobres, casas brasonadas, moinhos de maré, lagares e lagaretas que, à julgar pela bibliografia consultada, não se encontram, na sua generalidade, documentados.

Apesar das informações recolhidas serem escassas a nível de inventário arqueológico, o concelho de Sabrosa possui indícios de comportar um território rico em vestígios arqueológicos de épocas diversas. Não são, em suma, conhecidos elementos artefactuais que comprovem a ocupação paleolítica de região. No entanto, a morfologia e orografia e a proximidade de três curso de água importantes como são, em primeiro lugar o rio Douro a Sul, o rio Pinhão e Este e a ribeira de Ceira a Oeste conferem ao território especificidades bastante substanciais que possibilitariam a ocupação em épocas mais recuadas.

A idade do Bronze e a Idade do Ferro são, manifestamente, mais significativas no território. Destacam-se os castros ou povoados fortificados que, em alguns casos, foram ocupados em época proto-histórica e posteriormente ocupados em época romana. O castro de Sabrosa é um bom exemplo deste processo.

Importa referir que a norte do concelho a atividade mineira, sobretudo a nível das pedreiras coloca em causa a preservação de importantíssimo património arqueológico e histórico. No entanto, os vestígios de ocupação humana em épocas pré-históricas, medievais e modernas estão bem representados no concelho. O concelho conta ainda com um importantíssimo património a nível da arqueologia industrial com o projeto da **Mina do Vale das Gatas**, cuja origem remonta a 1937.

15. Definição dos objetivos:

O objetivo principal do projeto “Carta Arqueológica do Concelho de Sabrosa”, promovido pela **Câmara Municipal de Sabrosa** e adjudicado à **EROS Environment Research on Science Consulting lda.** é localizar, inventariar, classificar e descrever sítios e/ou artefactos/elementos com interesse histórico e arqueológico no interior das fronteiras administrativas do atual concelho de Sabrosa. No âmbito deste processo, procura-se, com iniciativas regulares e dinâmicas, promover o património arqueológico, histórico e etnográfico do concelho através de diversas atividades em parceria com o município.

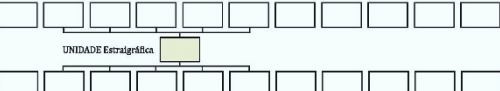
Em suma, o objetivo do presente projeto é fornecer também ao município as ferramentas necessárias para a gestão cuidada do PDM municipal, através de conjuntos de informações atualizadas que permitam conhecer os diversos sítios arqueológicos já referenciados e diversos sítios inéditos, para assim garantir a preservação e valorização dos mesmos.

16. Metodologia escolhida:

Uma carta arqueológica é um trabalho inacabado. A solicitação, por parte do município de Sabrosa, de uma empreitada como a “Carta Arqueológica do Concelho de Sabrosa” fez com que fosse necessário ajustar diversos critérios metodológicos específicos para a região em causa. Por se tratar de uma região cuja orografia é bastante acidentada e a posse de terras é baseada, na sua generalidade, no minifúndio, foi necessário programar ações diversas e utilizar elementos de carácter técnico e científico específicos.

No sentido de elaborar um registo assertivo e sintético das ocorrências, foi elaborada uma ficha específica para ocorrências artefactuais e uma ficha de contextos diversos, a qual poderá ser utilizada para diversos fins.

CARTA ARQUEOLÓGICA		
Concelho de Sabrosa [2017 - 2020]		
Ficha de Materiais		
CMP 1:25000	Latitude:	Longitude:
Altitude:	Freguesia:	
Topónimo:		
Artefacto arqueológico:		
Suporte:	Estado de Conservação:	
Cronologia:		
Foto:	Foto:	Foto local:
Observações:		
		Dia: Mês: Ano:

Marca & Modelo da Camara		Responsável	
		Data [DD/MM/AAAA]	
Ficha de Contexto Arqueológico			
Quadrado/greija	Área/seção	Tipo de contexto	Código do Sítio
DEPÓSITO	1) Campanha 2) Car 3) Escavação 4) Escavação 5) Escavação 6) Escavação 7) Escavação 8) Escavação 9) Escavação 10) Escavação		
Matriz Estratigráfica			
			
Observações			
Fotografias NOS Cartão [Camara]			
Desenhos/croqui ID			
☐ Amostras sedimentares ☐ Amostras Orgânicas ☐ Madeira ☐ Carvão			
Cronologia Provisória	Essência Média	Assinatura	

As fichas serão integradas numa complexa base de dados georreferencial, utilizando para o efeito a aplicação **Quantum GIS [2.18.4]** e o **Microsoft Access**.

Na generalidade, a metodologia utilizada baseia-se nos trabalhos de Thomas King (King T. F., 1978; King & White, 2007), Patrick McDonald (McDonald, 2015), Clark (Clark, 1975), Banning (Banning, 2001), William Moore (Moore, 2005), (Bevan & Conolly, 2004), os manuais do Verde Valley Archaeology Center (Verde Valley Archaeology Center, 2013) e os trabalhos de Manuel Calado (Calado M., 1993; Calado M., 2001; Calado, et al., 2009; Calado M. d., 2008), e Nuno Bicho (Bicho, 1994).

Em termos mais práticos, a metodologia de campo é organizada em função de vários fatores como já foi referido. Tendo em conta as condicionantes climáticas e morfológicas do território, a prospeção será efetuada entre os meses de maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro, em campanhas de 15 dias com intervalos de 15 dias. Os trabalhos de programação das campanhas de prospeção são elaborados, sobretudo, tendo como base a CMP 1:25000 n.º 88, 102, 103, 115, 116, 127 e 128. As áreas a prospetar serão definidas em função da organização/urbanização do território, isto é, serão definidas áreas específicas as quais se encontrem no perímetro de estradas municipais, estradas secundárias, estradas de terra batida, e outras vias de comunicação, criando polígonos com áreas cujas dimensões possam ser prospetadas, na mediana, em dois dias de trabalho de campo, isto é, aproximadamente 5 a 6 horas de trabalho efetivo.

Previamente ao programa de prospeção arqueológica sistemática, no interior das áreas já referidas, será elaborada uma inventariação e relocalização dos sítios arqueológicos presentes na bibliografia e nos trabalhos de fundo e inventários da DGPC. Só após este processo ou etapa estar concluído é que se procederá à prospeção das áreas/polígonos pré-elaborados.

Importa ainda referir a utilização de um ROV de tipo **DRONE DJI Quadricoptero Phantom 3 4K** (Figura 3), devidamente legalizado e com planos de voo solicitados à entidade da tutela, o qual elaborará voos programados nas áreas pré-definidas, a partir das quais serão elaborados ortofotomapas a partir de altitudes que não ultrapassam os 50 metros. As imagens obtidas serão processadas e serão obtidos modelos digitais do terreno a partir dos quais serão avaliadas as potenciais zonas com potencial arqueológico e/ou áreas sensíveis do ponto de vista da ocupação humana.



Figura 3 ROV DJI Phantom 3; 4K

Será também utilizado um **ROV** (Figura 4) para prospeção subaquática em zonas de leito de rios (rio Douro, rio Pinhão e rio Ceira), o qual unicamente irá registar imagens em alta definição do leito dos rios em zonas aparentemente mais sensíveis.

No decorrer dos trabalhos de prospeção arqueológica propriamente ditos, os materiais recolhidos serão tratados seguindo os critérios metodológicos atuais (Sampaio e Castro, Fonseca, & Sebastian, 2004). Os materiais serão inventariados, classificados e, na sua generalidade, desenhados e fotografados, acondicionados em sacos plásticos transparentes com a respetiva ficha. Todos os materiais e artefactos arqueológicos recolhidos ficarão em depósito no Laboratório de Arqueologia da **EROS Environment Research on Science Consulting Lda.** durante o estudo. Posteriormente serão entregues ao **município de Sabrosa**, onde serão acondicionados e preservados em local apropriado.

Todos os materiais arqueológicos, artefactos e sítios de interesse arqueológico, histórico ou etnográfico serão localizados na CMP e numa **plataforma digital SIG**, com coordenadas geográficas de latitude e longitude, integrada também numa base de dados em Microsoft Access.



Figura 4 ROV em manutenção e reequipamento

Como foi já referido, os trabalhos decorrerão durante os anos de 2017, 2018, 2019 e 2020, sendo que, durante este período serão elaborados diversos relatórios de progresso endossados à Câmara Municipal de Vila Real e à DGPC.

Importa referir ainda que uma parte integrante da metodologia utilizada nos trabalhos de prospeção é a obtenção de informação oral no contexto dos habitantes da região, no sentido de obter dados sobre possíveis locais com interesse histórico e arqueológico. Também será utilizada a leitura atenta da paisagem envolvente, procurando, neste sentido, indícios de padrões de ocupação, verificados noutras regiões e noutros contextos (Calado M. , 1993; Bevan & Conolly, 2004).

Os dados obtidos são, em parte, avaliados continuamente, de forma a poderem garantir e orientar as prospeções seguintes. Em suma, a prospeção será de dois tipos, conforme as áreas definidas. A prospeção dirigida e a prospeção sistemática. A escolha da aplicabilidade de um destes métodos ou de ambos, dependendo do local, é feita em função das especificidades e, sobretudo, da sensibilidade arqueológica do local ou concentração de indícios arqueológicos conforme a metodologia de diversos autores (Calado M. , 1993; Banning, 2001; Verde Valley Archaeology Center, 2013).

Os sítios arqueológicos identificados serão registados seguindo um número de ordem absoluto, sendo que os materiais arqueológicos associados a esse sítio serão inventariados com o mesmo número de ordem ao qual acresce um hífen com um número com três dígitos, o qual se iniciará com 001 para cada sítio. Caso se identifiquem materiais isolados e descontextualizados, os quais reflitam um **não-sítio**, o número de ordem será composto por

4 dígitos, seguido de hífen e com um número com três dígitos, o qual se iniciará com 001 para cada artefacto.

Cada sítio arqueológico, histórico ou etnográfico será fotografado com equipamento fotográfico previamente definido (**Canon EOS 300D & Olympus E-510 EVOLT**). As fotografias serão arquivadas com o número gerado no equipamento. Cada sítio ou artefacto será alvo de, pelo menos 1 fotografia, dependendo das especificidades do sítio/artefacto.

Os artefactos arqueológicos e alguns sítios arqueológicos serão alvo de ilustração científica, dependendo das suas especificidades e importância. Em casos muito específicos será obtida uma modelação 3D do sítio no sentido de ampliar a informação sobre o mesmo e elaborar, em gabinete, uma descrição bastante mais pormenorizada do memo.

17.Declarações das entidades contratante e enquadrante garantindo a disponibilização dos meios necessários à boa execução dos trabalhos:

Ver anexos.

18.Cláusulas técnicas do caderno de encargos:

Não se aplica.

19.Medidas aplicáveis constantes de documentos vinculativos produzidos no âmbito de processos de avaliação de impacte ambiental:

Não se aplica.

20.Condicionantes arqueológicas emitidas pela Autarquia e Direção Regional de Cultura territorialmente competente:

Não se aplica

21.Localização das áreas objeto de intervenção sobre planta de projeto

Ver Anexo

22.Memória descritiva sintética; Relatório prévio nos termos do Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho:

Não se aplica.

23.Plano de divulgação pública dos trabalhos arqueológicos junto da comunidade:

O projeto Carta Arqueológica do Concelho de Sabrosa” é, sobretudo, uma iniciativa de valorização e salvaguarda do património arqueológico, histórico e etnográfico concelhio. No sentido de salvaguardar o património e de valorizar o mesmo foram programadas uma série de atividades a realizar no sentido de dar a conhecer, à população em geral, o projeto, as expectativas e, por fim, os resultados.

Ao longo dos mais de três anos de trabalho serão programadas as seguintes ações:

1. Conferência/encontro subordinado ao tema “**Carta Arqueológica do Concelho de Sabrosa**” nas freguesias de Celeirós do Douro, Covas do Douro, Gouvinhas, Paços, Parada do Pinhão, União das Freguesias de Paradelas de Guiães e São Martinho de Anta, Sabrosa, União das Freguesias de São Cristóvão do Douro, Gouvães do Douro

- e Provesende, São Lourenço de Riba Pinhão, Souto Maior, Torre do Pinhão e Vilarinho de São Romão.
2. Apresentação do tema “**Carta Arqueológica do Concelho de Sabrosa**” na Escola E.B. 2,3/S Miguel Torga – Sabrosa. Atividade prevista para fevereiro/março de 2018
 3. Workshop “Arqueologia e Património em Sabrosa: um motivo comum de desenvolvimento cultural”, a realizar em Sabrosa, com o apoio logístico da Câmara Municipal de Sabrosa.
 4. Seminário “Cartas Arqueológicas em Portugal: passado, presente e futuro no desenvolvimento cultural concelhio”. Actividade a desenvolver com o apoio da **Unidade de Arqueologia de UTAD**, a **Câmara Municipal de Sabrosa** e a **EROS Environment Research on Science Consulting Lda**.
 5. Elaboração de artigos a publicar em revistas da especialidade.
 6. Elaboração de Poster sobre o avanço e os resultados dos trabalhos, a divulgar pela autarquia de Sabrosa.
 7. Elaboração de uma monografia sobre o tema “**Carta Arqueológica do Concelho de Sabrosa**”.
 8. Diversas atividades envolvendo alunos das escolas do concelho, populares e representantes das diversas instituições do concelho de Sabrosa.

24. Anexos